

A LUTA NÃO TERMINOU

6 DE AGOSTO É DIA DE LUTA NOS ESTADOS CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Bolsonaro, Maia e esse Congresso corrupto não podem acabar com nossa aposentadoria

Com a liberação de quase R\$ 3 bilhões em emendas para comprar os votos a favor da nefasta Reforma da Previdência, Bolsonaro conseguiu que 379 deputados picaretas aprovassem no dia 10 de julho este projeto que acaba com as aposentadorias dos trabalhadores brasileiros e benefícios do INSS.

Lamentavelmente, a votação ocorreu sem que tenha havido a necessária mobilização para barrar essa reforma, como se houvesse um "acordão" a favor do ataque à Previdência.

A cúpula dirigente de parte das centrais, como CUT e Força Sindical, se recusou a chamar nova Greve Geral ou um "Ocupa Brasília", facilitando a aprovação do 1º turno da reforma. Parlamentares do Solidariedade e PSC ligados à Força Sindical votaram a favor da reforma e a oposição parlamentar do PT, PCdoB e PDT buscou negociar pequenas alterações que não impedem o brutal

ataque às aposentadorias e facilitam o caminho para Bolsonaro.

A LUTA NÃO ACABOU!

Para ser aprovada em definitivo, a reforma ainda terá de passar por nova votação na Câmara, onde precisa de 308 votos, e ser votada também em dois turnos no Senado.

É possível reverter essa situação indo para cima deles, com muita pressão, mobilização e uma nova Greve Geral.

É preciso retomar a mobilização desde já!

A CSP-Conlutas segue na linha de frente contra essa famigerada reforma e seguirá em luta.

Dia **6 de agosto**, estamos convocando um **dia de luta nos estados contra a Reforma da Previdência**.

Fazemos também um chamado às demais Centrais Sindicais para construir uma nova Greve Geral.

Para defender, de fato, as aposentadorias, a educação e os empregos, é hora de ir à luta!

CSP-Conlutas cobra Centrais a convocarem Greve Geral para 13/8

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), já declarou que pretende continuar a votação da Reforma da Previdência no dia 6 de agosto. Portanto, é preciso pressão total!

A CSP-Conlutas convoca todas suas entidades e movimentos para um **DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO E ATOS EM 6 DE AGOSTO** em todos os estados, sendo que, em São Paulo, haverá ato na Av. Paulista. Todos às ruas!

A data foi incorporada no calendário aprovado pelas centrais sindicais, em reunião no último dia 18. Mas é preciso que as direções organizem, de fato, essa luta e realizem atos.

Outra data incorporada no calendário é o dia **13 DE AGOSTO**, quando estudantes e trabalhadores da Educação marcaram um Dia de Paralisação Nacional. Porém, mais do que apoio, a CSP-Conlutas defende que a data se transforme numa Greve Geral em defesa das aposentadorias, da educação e dos empregos.

Infelizmente, CUT, Força Sindical e demais centrais se negam a convocar esta Greve Geral. Um erro que só ajuda o governo.

É preciso que as direções deixem de corpo mole e parem de apostar nas negociações com este Congresso, que já mostrou que é inimigo dos trabalhadores. Negociação desta reforma é traição! É hora de ir à luta!



1 TRILHÃO VAI SAIR
DOS MAIS POBRES

Reforma reduz benefícios para 60% e vai impedir aposentadorias

O texto da Reforma da Previdência aprovado em 1º turno na Câmara, apesar de alterações em relação ao projeto original enviado por Bolsonaro, continua sendo brutal. Com essa reforma, o valor das aposentadorias cai para 60% e os trabalhadores não vão mais conseguir se aposentar!

A reforma irá arrancar quase R\$ 1 trilhão, como sempre quis o ministro Paulo Guedes, só que é dos mais pobres.

A tal "economia" ficou em R\$ 933,5 bilhões, sendo que R\$ 654,7 bi sairão dos trabalhadores do setor privado, cujo teto recebido é de R\$ 5.839,45. Só que 80% dos segurados não recebem esse teto, mas apenas até dois salários mínimos.

Outros R\$ 76,4 bilhões sairão da redução do abono do PIS e R\$ 23,4 bi sairão do BPC, ou seja, dos trabalhadores pobres e idosos miseráveis.

O fato é que a essência da Reforma da Previdência não foi modificada, pois o que o governo de fato queria era impor idade mínima juntamente com aumento do tempo de contribuição e redução do valor dos benefícios. E isso, ele conseguiu.

Essa combinação vai, na prática, impedir a aposentadoria, pois a realidade é que no Brasil os trabalhadores que hoje se aposentam por idade só conseguem contribuir, em média, com cerca de 5 parcelas por ano, em função do elevado desemprego, informalidade e baixos salários.

Estudo da economista Denise Gentil revela que dos homens que se aposentaram por idade em 2016, 56,6% não teriam conseguido se aposentar com as novas regras da reforma, por insuficiência do tempo de contribuição, enquanto que, para as mulheres, o percentual alcança 98,69%.

Não se deixe enganar por fake news!

Em defesa das aposentadorias e benefícios previdenciários, essa reforma precisa ser barrada na íntegra! Vamos à luta!

CONFIRA COMO FICAM APOSENTADORIAS E BENEFÍCIOS DO INSS APÓS A REFORMA



IDADE MÍNIMA E AUMENTO NO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Para se aposentar será preciso comprovar: no mínimo 15 anos de contribuição e 65 anos de idade no caso dos homens e 15 anos de contribuição e 62 anos de idade no caso das mulheres. Para os homens que entrarem no mercado após a aprovação da reforma, o tempo mínimo de contribuição será de 20 anos.

Para receber 100% da média de salário de benefício, será preciso 40 anos de contribuição.



REDUÇÃO NO VALOR DAS PENSÕES POR MORTE

A pensão passa a ser de 50% do valor do benefício mais 10% para cada dependente.

Caso o dependente tenha algum outro tipo de renda, a pensão poderá ser menor que o salário mínimo. Somente quando a pensão for a única fonte de renda da viúva ou viúvo do segurado será garantido pelo menos um salário mínimo. Quem for aposentado e o cônjuge falecer, irá receber 100% do benefício de maior valor e terá um redutor no segundo benefício segundo a faixa salarial.



BPC (BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA)

Os idosos de baixa renda terão direito a receber um salário mínimo a partir dos 65 anos, somente se a renda familiar per capita (por pessoa da família) for de até 1/4 do salário mínimo.



APOSENTADORIAS REDUZEM PARA 60%

O valor da aposentadoria será de 60% da média salarial. A cada ano de contribuição acima do tempo mínimo, haverá acréscimo de 2% da média no valor do benefício.

Aposentadoria integral só após acumular 40 anos de contribuição. Há mudança também no cálculo da média salarial. O cálculo será feito com todos os salários de contribuição desde julho de 1994, sem descartar as contribuições mais baixas. Na prática, isso vai achatá-la a média.



REDUÇÃO DO PAGAMENTO DO ABONO DO PIS/PASEP

Mais de 12 milhões de trabalhadores perderão o direito ao PIS/PASEP, abono salarial no valor de um salário mínimo. O benefício era pago anualmente para trabalhadores que ganham até dois salários (R\$ 1996). Com a reforma, somente quem ganhar até R\$ 1.364,43 irá receber o benefício.



PROFESSORES

Se o professor que já está no mercado de trabalho optar pela regra de transição que prevê um pedágio de 100% sobre o tempo que falta para se aposentar, a idade mínima exigida será de 52 anos, para mulheres, e 55 anos, para homens. Mas, se o professor não entrar nessa regra de transição, a idade mínima exigida será de 55 anos (mulher) e 60 anos (homem), com 25 anos de contribuição.



FIM DA APOSENTADORIA ESPECIAL

Até agora, quem trabalhava exposto a agentes nocivos e insalubres, podia se aposentar com 15, 20 ou 25 anos de contribuição, conforme a categoria. Com a reforma, mudam totalmente as regras e passa a ser exigido tempo de exposição e idade mínima. Será necessário 25 anos de efetiva exposição e 60 anos de idade; 20 anos de efetiva exposição e 58 anos de idade; 15 anos de efetiva exposição e 55 anos de idade.

Essa mudança, na prática, torna impossível que a aposentadoria especial seja obtida, já que a média de idade desse tipo de aposentadoria é de 48 anos, porque o trabalhador não consegue trabalhar até os 60 anos de idade com saúde.



REDUÇÃO DAS APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ

Ao invés de 100%, o trabalhador receberá apenas 60% da média dos salários de contribuição se tiver 20 anos de contribuição. Esse valor vai aumentando 2% ao ano até chegar a 100% com 40 anos de contribuição. O benefício será de 100% somente em caso de acidente do trabalho e doença profissional e do trabalho.



APOSENTADORIA RURAL

Antes da reforma, o trabalhador rural podia se aposentar aos 60 anos de idade (homens) e 55 (mulheres). Com a reforma, o tempo mínimo de contribuição para homens sobe para 20 anos, com a manutenção de 15 anos para mulheres.



SERVIDORES PÚBLICOS

Com a reforma, para os homens, passa a ser exigido 35 anos de contribuição, idade mínima de 60 anos, mínimo de 20 anos no serviço público, 10 anos na carreira e 5 anos no último cargo efetivo. Para as mulheres, serão necessários 30 anos de contribuição, idade mínima de 55 anos, mínimo de 20 anos no serviço público, 10 anos na carreira e 5 anos no último cargo efetivo. Há ainda mudanças na cobrança das alíquotas ao INSS e endurecimento nas regras de transição que atinge todos os servidores que estão na ativa.

REGRAS DE TRANSIÇÃO AUMENTA TEMPO PARA TODOS QUE ESTÃO NO MERCADO

São quatro as regras de transição para os trabalhadores que já estão no mercado de trabalho.

1) Aposentadoria por pontos:

Uma das alternativas é a fórmula de pontos, resultado da soma do tempo de contribuição com a idade do trabalhador. Inicialmente, essa soma deverá atingir 86 (para mulheres) e 96 (para homens) para que se tenha direito ao benefício. Essa pontuação vai subir gradualmente até chegar ao limite de 100 (para mulheres) e 105 (para os homens) em 2033. É preciso comprovar tempo mínimo de contribuição de 30 anos para mulheres e 35 anos para homens.

2) Aposentadoria por tempo de contribuição e idade mínima:

A segunda opção exige tempo de contribuição de 35 anos para homens e de 30 para as mulheres. Neste caso, também é necessário alcançar uma idade mínima, que em 2019 será de 61 para eles e de 56 para elas. A cada ano, essa idade mínima vai crescer e, em 2031, ela será de 65 para os homens e 62 para as mulheres.

3) Pedágio de 50%:

Quem está a dois anos de cumprir o tempo de contribuição terá de pagar um pedágio de 50% sobre o tempo que falta para se aposentar. Ou seja, se faltarem dois anos para a aposentadoria, será necessário trabalhar três anos para ter o direito. Se faltar um ano para se aposentar, será necessário trabalhar um ano e seis meses. Essa regra prevê aplicação do fator previdenciário.

4) Pedágio com idade mínima:

O segurado terá que trabalhar o dobro do que falta para se aposentar pela regra atual. Mulheres precisam comprovar idade mínima de 57 anos e os homens, 60 anos.

CSP-Conlutas aprova resolução com calendário de lutas e ações

Já está provado que deste Congresso de corruptos, os trabalhadores não podem esperar nada. A maioria é comprometida com empresas, bancos e o agronegócio, e são comprados facilmente pelo governo com distribuição de cargos e emendas. O antigo toma-lá-da-cá.

A CSP-Conlutas aposta na luta dos trabalhadores e o povo nas ruas para barrar a Reforma da Previdência e todos os ataques deste governo de ultradireita, capacho de Trump e dos Estados Unidos.

Nossa central aprovou resolução que orienta retomar com toda a força a campanha para barrar a continuidade de

votação da Reforma da Previdência.

Todos os esforços serão feitos: campanha de comunicação com a produção de novo jornal para informar os ataques da reforma, vídeo, campanha nas redes sociais, outdoors, cartazes, etc.

Realização de assembleias em todas as categorias e setores, e convocação de atos e protestos, como no dia 6 de agosto, bem como seguiremos exigindo que as outras centrais construam a Greve Geral no dia 13 de agosto.

Todos os deputados picaretas que votaram contra os trabalhadores devem ser alvo de escrachos e protestos.

4º Congresso da CSP-Conlutas: unidade e independência para lutar contra Bolsonaro

A CSP-Conlutas realizará de 3 a 6 de outubro, em Vinhedo (SP), seu 4º Congresso. Em meio a atual conjuntura, o encontro reunirá ativistas de todo o país para organizar a luta contra os ataques do governo Bolsonaro, bem como para avançar na construção da Central como alternativa de direção da classe trabalhadora no país.

Todos(as) ao 4º Congresso: fortalecer a CSP-Conlutas como central sindical e popular, classista, independente, combativa e internacionalista. Acesse o site do evento: congresso4.cspconlutas.org.br



Governo Bolsonaro é inimigo dos trabalhadores, da juventude e pobres

São sete meses do início do governo de Bolsonaro e seu vice General Mourão.

A economia segue cada vez mais estagnada, à beira de nova recessão, sem que o governo tome medidas para combater o desemprego.

Ao contrário, propostas como a MP da Liberdade Econômica fazem uma nova reforma trabalhista, com redução de direitos e aumento da precarização dos empregos.

Bolsonaro se mostrou inimigo da Educação, com medidas de corte de verbas e privatização que afetam escolas do ensino fundamental/médio/técnico e as universidades.

Querem privatizar todas as estatais do país, tais como Petrobras, Correios, Eletrobras e bancos como a Caixa e o BB, o que vai prejudicar a população e encarecer os combustíveis e serviços.

Até a suspensão da fabricação de remédios gratuitos por laboratórios públicos, como para o câncer e insulina, o governo fez, o que pode causar desabastecimento e aumento de preços dos medicamentos.

Ataques ao meio ambiente, aos indígenas, aos que lutam por terra e moradia, mulheres, negros e LGBTs também são as práticas desse governo de ultradireita, que só sabe ser capacho de Trump e dos EUA.

Esse governo precisa ser derrotado nas lutas e nas ruas!

Contudo, a luta contra Bolsonaro e Mourão não significa defender a volta de projetos de conciliação como foram os governos do PT.

É preciso construir uma alternativa, uma nova direção, para que a classe trabalhadora tome os rumos do país em suas mãos. Um governo dos trabalhadores e do povo pobre!